

# REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



# JORNAL OFICIAL

I Série—Número 4

Quinta-feira, 30 de Março de 1978

## SUMÁRIO

### ASSEMBLEIA REGIONAL

#### Decreto Regional n.º 17/78/M:

Determina normas relativas às notas oficiosas do Governo Regional.

### PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

#### Portaria n.º 8/78:

Aprova os modelos dos cartões de identidade, para identificação no desempenho de actividades e funções, dos membros e funcionários do Governo Regional.

#### Portaria n.º 9/78:

Aprova os modelos dos cartões de identidade dos membros das Autarquias Locais.

### SECRETARIAS REGIONAIS DE AGRICULTURA E PISCAS E ECONOMIA

#### Portaria n.º 10/78:

Fixa os preços mínimos dos peixes (patudo, voador e gaiado) à indústria e consumo local.

É evidente que o exercício de funções do Governo Regional exige uma informação frequente às populações, característica democrática de uma governação participada.

O artigo 15.º da Lei de Imprensa previu publicação de notas oficiosas enviadas pelo Governo da República. Mas, porque não estava ainda criado o específico regime constitucional dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, não pôde contemplar os Governos Regionais apesar de o interesse das comunidades insulares justificar também a publicação das notas oficiosas destes executivos.

A alínea a) do n.º 1 do artigo 229.º da Constituição atribui às Regiões Autónomas o poder legislativo em matérias de interesse específico, para as Regiões, que não estejam reservadas à competência própria dos órgãos de soberania, com respeito pela Constituição e pelas leis gerais da República.

O presente diploma insere-se no espírito do artigo 15.º da Lei da Imprensa, prolongando-o logicamente ao Governo Regional.

Assim, nos termos do preceito constitucional acima enumerado, a Assembleia Regional da Madeira determina, para valer como lei:

Artigo 1.º As publicações informativas diárias da Região Autónoma da Madeira não poderão recusar a inserção, na íntegra e num dos dois números publicados após a recepção, de notas oficiosas com o máximo de mil e quinhentas palavras que lhes sejam enviadas pelo Governo Regional.

Art. 2.º As publicações informativas não diárias não poderão recusar a inserção, nos termos previstos no número anterior, das notas oficiosas com o máximo de quinhentas palavras que expressamente lhes sejam enviadas pelo Governo Regional para publicação.

Art. 3.º O regime de sanções pela violação do disposto neste diploma é o da Lei da Imprensa.

## REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

### ASSEMBLEIA REGIONAL

#### Decreto Regional n.º 17/78/M

de 29 de Março

O Decreto-Lei n.º 85-C/75, de 26 de Fevereiro, conhecido por Lei de Imprensa, foi promulgado antes da entrada em vigor da Constituição. Esta criou um regime político-administrativo próprio dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, atribuindo-lhes órgãos de governo próprio, entre os quais o Governo Regional.

Art. 4.º O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovado em 9 de Fevereiro de 1978.

O Presidente da Assembleia Regional, *Emanuel do Nascimento dos Santos Rodrigues*.

Assinado em 27 de Fevereiro de 1978.

O Ministro da República, *Lino Dias Miguel*.

## PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

### Portaria n.º 8/78

Está já fixado legalmente o uso do cartão especial de identificação e livre trânsito, por parte dos membros do Governo Regional.

Por outro lado foi reconhecido igualmente a conveniência de todos os funcionários do Governo Regional ou de organismos dele dependentes possuírem um cartão de identidade que lhes assegure e facilite uma eficaz identificação no desempenho das suas actividades e funções.

Importa, portanto, regulamentar os modelos de cartões que constituirão anexos a esta Portaria.

Assim, manda o Governo Regional da Madeira, pelo seu Presidente:

1.º — Aprovar os modelos de Cartão de Identidade 01, 02 e 03 anexos a esta portaria:

a) O modelo 01 — cartão de identidade e livre trânsito — destina-se aos membros do Governo — Presidente e Secretários;

b) O modelo 02 — cartão de identidade e livre trânsito — reporta-se ao pessoal que integra os gabinetes dos membros do Governo e bem assim os Directores Regionais;

c) O modelo 03 é destinado a uso do pessoal dirigente, técnico, administrativo e auxiliar dos organismos dependentes do Governo Regional ou sobretudo deste.

2.º — a) Os cartões m/01 serão de cor branca e terão uma faixa diagonal de

cores verde e vermelha no canto superior esquerdo e o escudo a dourado com a designação do Presidente ou Secretário respectivo, além da assinatura do titular e do Presidente e no verso conterão as transcrições que interessarem do Decreto Regional n.º 1/77 de 6/1/77;

b) Os cartões m/02 terão a cor branca e além do escudo dourado e a faixa diagonal com as cores verde e vermelha a designação de livre trânsito a vermelho antes da indicação do nome do titular e ainda a assinatura autenticada do Presidente do Governo;

c) Os cartões de identidade m/03 possuirão os mesmos elementos indicados na alínea b) do n.º 2.º com excepção da designação de livre trânsito, a faixa diagonal com as cores verde e vermelha e a inclusão da assinatura do Presidente que nestes casos dará lugar à do membro do governo de que depende o funcionário.

3.º — Todos os cartões conterão ainda a foto do titular, de tal sorte que o selo branco abaixo apostado abranja não só a assinatura do responsável pela atribuição do cartão, mas também o canto inferior esquerdo da fotografia.

4.º — Os cartões serão substituídos sempre que se verifique qualquer alteração nas categorias ou cargos dos titulares e obrigatoriamente recolhidos quando os mesmos deixarem de exercer funções.

5.º — Em caso de extravio ou inutilização dos cartões deverão ser passadas segundas vias, mencionando-se tal circunstância no novo cartão, embora este detenha o mesmo número.

6.º — A entidade que autenticar um Cartão de Identidade promoverá a atribuição do respectivo número a fornecer pela Secretaria da Presidência do Governo, dando posterior conhecimento àquele Departamento da data da assinatura e providenciará o envio dos cartões recolhidos para que façam parte do processo de cadastro.


7.º — A Secretaria da Presidência do Governo organizará três registos numéricos distintos para cada tipo de modelo.

8.º — Esta portaria revoga todas as disposições anteriores relativas a Cartões de Identidade e Livre Trânsito, designadamente os cartões de identidade autênticos por responsáveis da Junta de Planeamento ou Junta Administrativa e de Desenvolvimento da Madeira, devendo as entidades ora responsáveis proce-

der à recolha de tais cartões.

9.º — As infracções ao cominado no n.º 4.º, parte final e bem assim a utilização indevida ou abusiva dos cartões, farão incorrer os responsáveis nas infracções disciplinares e criminais, para o caso, tipicamente previstas na lei.


Presidência do Governo Regional, 27 de Março de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim*.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	
	
<b>GOVERNO REGIONAL</b>	
a).....	
Nome.....	
.....	
Assinatura	Presidente do Governo Regional
.....	.....

Dimensões: 115x80 mm

MODELO 01

a) Indicações do titular, presidente ou secretários regionais

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	
	
<b>PRESIDÊNCIA DO GOVERNO</b>	
Cartão de Identidade N.º .....	
<b>LIVRE TRÂNSITO</b>	
Nome.....	
Cargo.....	
Assinatura	
Assinatura	Presidente do Governo Regional
.....	.....

Dimensões: 105x75 mm

MODELO 02

<p><b>IMUNIDADES, DIREITOS E REGALIAS DOS MEMBROS DO GOVERNO</b></p> <p>(Decreto Regional n.º 1/77/M — Diário da República de 6/1/1977)</p> <p>Art.º 2.º — 1. O Presidente do Governo Regional não pode ser detido ou preso preventivamente sem autorização da Assembleia Regional.</p> <p>2. Nenhum Secretário do Governo Regional pode ser detido ou preso preventivamente sem autorização do Presidente do Governo Regional.</p> <p>Art.º 5.º — Constituem direitos e regalias dos membros do Governo Regional:</p> <p>.....</p> <p>c) Livre trânsito, considerado como livre circulação no exercício das suas funções ou por causa delas, em locais públicos de acesso condicionado.</p> <p>Cartão de Identidade N.º ..... (Art.º 5.º, al. e) do Dec. Reg. 1/77/M</p>
---


Entende-se por livre trânsito, a livre circulação, no exercício das suas funções ou por causa delas em locais públicos de acesso condicionado.

Ao portador para o bom desempenho das suas funções devem ser prestadas todas as facilidades e auxílio.

..... de ..... de 19.....

**Região Autónoma da Madeira**

Portaria N.º ..... de ..... de 1978

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	
	
Cartão de Identidade N.º .....	
Nome.....	
Cargo.....	
Assinatura O.....	

Dimensões: 105x75 mm


MODELO 03

**Portaria n.º 9/78**

Reconhecida a vantagem de os membros dos órgãos autárquicos disporem de cartão especial de identificação e tornando-se necessário regulamentar a emissão desse cartão;

Manda o Governo Regional da Madeira, pelo seu Presidente, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 229.º da Constituição.

- 1.º — Aprovar um Cartão de Identidade cujo modelo/04 se anexa a esta portaria, para uso dos membros dos órgãos autárquicos que assim o desejarem.
- 2.º — Os cartões de identidade terão a cor branca e além do escudo dourado e a faixa diagonal com as cores azul e oiro deverão ser passados na Câmara Municipal do respectivo concelho e autenticados na Secretaria da Presidência do Governo Regional que promoverá a atribuição do competente número.
- 3.º — A Secretaria da Presidência organizará o registo numérico destes cartões.

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA	
	
<b>PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL</b>	
Cartão de Identidade N.º .....	
Nome.....	
Cargo.....	
Assinatura Presidente do Governo Regional	

Dimensões: 105x75 mm

MODELO 04

Ao portador para o bom desempenho das suas funções, devem ser prestadas todas as facilidades e auxílio.

..... de ..... de 19.....

**Região Autónoma da Madeira**

Portaria N.º ..... de ..... de 1978

- 4.º — Os cartões serão substituídos sempre que se verifique qualquer alteração nas categorias ou cargos dos titulares e obrigatoriamente recolhidos quando os mesmos deixarem de exercer as funções.
- 5.º — Em caso de extravio ou inutilização dos cartões deverão ser passadas segundas vias, mencionando-se tal circunstância no novo cartão, embora este detenha o mesmo número.
- 6.º — Esta portaria revoga todas as disposições anteriores relativas à matéria.
- 7.º — As infracções ao cominado no n.º 4.º, parte final e bem assim a utilização indevida ou abusiva dos cartões, farão incorrer os responsáveis nas infracções disciplinares e criminais, para o caso tipicamente previstas na lei.

Presidência do Governo Regional, 27 de Março de 1978. — O Presidente do Governo Regional, Alberto João Cardoso Gonçalves Jardim.

Ao portador para o bom desempenho das suas funções, devem ser prestadas todas as facilidades e auxílio.	
..... de ..... de 19.....	
<b>Região Autónoma da Madeira</b>	
Portaria N.º ..... de ..... de 1978	

**SECRETARIAS REGIONAIS DE AGRICULTURA  
E PISCAS E ECONOMIA****Portaria n.º 10/78**

Considerando que não foi possível estabelecer um acordo, quanto ao preço do atum e similares, entre a «Associação dos Armadores de Pesca do Atum e Outras Espécies» e os Representantes dos Industriais;

Mostrando-se oportuna e conveniente a intervenção do Governo Regional, por forma a fixar preços mínimos do atum e similares, quer em relação ao Consumo, quer no que respeita à Indústria;

Ponderando e conciliando o Governo os interesses das partes interessadas;

Manda o Governo Regional da Região Autónoma da Madeira, pelos Secretários de Agricultura e Piscas e da Economia, o seguinte:

1 — É fixado para a Indústria o preço mínimo do patudo e voador, sem vísceras, em 32\$50 e para o gaiado 27\$50.

2 — Para o consumo local, é fixado o preço mínimo do patudo e voador em 35\$00 e para o gaiado em 30\$00.

3 — Os preços ora fixados vigoram em relação ao ano de 1978.

A presente Portaria entra imediatamente em vigor.

Secretarias Regionais de Agricultura e Piscas e Economia, 27 de Março de 1978. — O Secretário Regional de Agricultura e Piscas, *Jorge Gaudêncio Machado Figueira*. — O Secretário Regional da Economia, *João Crisóstomo Aguiar*.

**Preço deste número: 9\$00**

«Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»

**A S S I N A T U R A S**

As duas séries Ano 1	100\$	Semestre ... ..	650\$
A 1.ª série	650\$	> ... ..	350\$
A 2.ª série	650\$	> ... ..	350\$

Suplementos — preço por página, 1\$50

Preço avulso — por página, 1\$50

**A estes valores acrescem os portes de correio**

«O preço dos anúncios é de 10\$ a linha, acrescido do respectivo Imposto de Selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»